



MPs da zika e da energia têm de ser votadas até amanhã

Medidas provisórias que tratam do combate ao *Aedes aegypti* e da prorrogação de contratos no setor elétrico perderão validade se não forem aprovadas

Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/5/2016



A pauta de votações trancada pelas medidas provisórias não impede que o Plenário do Senado vote propostas de emenda à Constituição na sessão de amanhã

Duas MPs estão trancando a pauta do Plenário. A primeira estabelece ações como o ingresso forçado de agentes sanitários em imóveis abandonados para combate ao mosquito transmissor dos vírus da dengue, chicungunha e zika. A segunda aumenta o prazo para distribuidoras de energia assinarem aditivo de contrato com o governo federal. Também estão na pauta propostas de emenda à Constituição que beneficiam estados e municípios. Uma trata de precatórios e a outra permite a desvinculação de receitas hoje atreladas a áreas como saúde e educação. **3**

Parlamentares repudiam estupro coletivo no Rio e cobram punição

As instâncias no Congresso que combatem a violência de gênero e defendem as causas da mulher vão ler amanhã, nos Plenários das duas Casas, a nota de repúdio ao estupro coletivo ocorrido dia 21, no Rio de Janeiro. Grupo de parlamentares visitará a vítima de 16 anos e cobrará punição. **4**



Simone Tebet e Vanessa Grazziotin presidem duas instâncias do Senado que assinam a nota de repúdio

Marcos Oliveira/Agência Senado — 5/4/2016

Biblioteca disponibiliza 280 mil publicações na internet

Além do acervo físico com mais de 500 mil volumes, entre livros, folhetos e periódicos, a Biblioteca do Senado chega aos 190 anos como uma das maiores do país, com cerca de 280 mil publicações digitais ao alcance dos internautas. As obras são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e download gratuitos. **2**



O acervo físico da Biblioteca do Senado vem sendo digitalizado desde 2006

Roque de Sá/Agência Senado

Relator propõe concluir processo de impeachment em 90 dias

Votação do cronograma de trabalho apresentado por Antonio Anastasia ficou para quinta-feira. O presidente da comissão, Raimundo Lira,

concedeu vista atendendo pedido de senadores aliados da presidente afastada, Dilma Rousseff, que consideraram o prazo muito curto. **8**

Genaldo Magalhães/Agência Senado



Anastasia apresenta plano de trabalho na comissão especial presidida por Lira

Novo deficit de R\$ 170,5 bilhões agora é lei

Quatro dias antes de encerrar o mês, o *Diário Oficial da União* publicou na sexta-feira a nova meta fiscal, após sanção presidencial. Com deficit nas contas públicas de R\$ 170,5 bilhões para 2016, o país repete pela terceira vez consecutiva a incapacidade de economizar para pagar os juros da dívida pública. O projeto que culminou na Lei 13.291/2016 foi aprovado direto pelo Plenário em sessão no dia 24 que durou 17 horas. **3**

Banco Central: sabatina pode ser antecipada

A Comissão de Assuntos Econômicos cogita fazer reunião extraordinária para ouvir na quarta-feira o economista Ilan Goldfajn, indicado para a presidência do Banco Central. A intenção é conseguir acordo para que Goldfajn assuma o cargo antes da reunião do Comitê de Política Monetária marcada para os dias 7 e 8 de junho. O senador Jorge Viana, porém, adverte que o indicado pode representar “mais do mesmo” na economia. **7**

CPI do HSBC pede mais rapidez na fiscalização **5**

Comissão lança frente em defesa da Previdência **7**

Texto de recriação do MinC recebe dez emendas **7**

Senado celebra missionários de Fátima **2**

Número de publicações da plataforma, que completa dez anos em novembro, já chega a 280 mil. Coordenadora do serviço, Helena Celeste ressaltou que cerca de mil obras raras já foram digitalizadas

Acervo da Biblioteca Digital do Senado está na internet



A BIBLIOTECA DO Senado está completando 190 anos como uma das maiores do país. Além do acervo de mais de 500 mil volumes, entre livros, folhetos e periódicos, possui 280 mil publicações digitais. Segundo a coordenadora da Biblioteca, Helena Celeste, as transformações tecnológicas dos últimos anos exigiram um grande esforço para adaptar os conteúdos, que antes eram disponibilizados apenas no meio físico, para a plataforma digital.

— A sociedade está migrando para a era digital. Temos, atualmente, os livros digitais, os periódicos eletrônicos e as bases de dados com texto integral. O cidadão não precisa, necessariamente, vir à biblioteca para dispor da informação que precisa — afirmou.

A Biblioteca Digital do Senado foi criada em 2006 e completará dez anos em novembro. As 280 mil publicações digitais estão disponíveis, na internet, para qualquer pessoa, no Brasil e no exterior. As obras são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e download gratuitos. São livros, obras raras, artigos, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado e legislação em texto e áudio.

A Biblioteca do Senado nasceu em 18 de maio de 1826, quando a Câmara dos Senadores do Império do Brasil, por iniciativa do Visconde do Cairu, instituiu a Livraria do Senado. O objetivo era organizar um acervo de obras que pudessem ser consultadas pelos senadores.

Ao longo desses quase dois séculos, o espaço tem oferecido acesso à informação aos cidadãos e apoio às atividades no Poder Legislativo.

Pelo menos 12 mil exemplares de obras raras fazem parte do acervo. As publicações ficam armazenadas numa sala-cofre climatizada e podem ser consultadas. Entre elas, a mais antiga e de maior valor é o livro *Novus Orbis (Novo Mundo)*, descrição histórica, geográfica, científica, etnológica e linguística da América. Datado de 1633, é de autoria de Johannes de Laet. A publicação também pode ser acessada on-line na biblioteca digital.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Conteúdos disponíveis em meio físico vêm sendo adaptados à plataforma digital

190 anos da Biblioteca do Senado



Acervo composto por **500 mil** volumes, entre livros, folhetos e periódicos



12 mil exemplares de obras raras



3 milhões de recortes dos principais jornais do país



280 mil documentos, em texto integral, disponíveis na Biblioteca Digital

— Cerca de mil obras raras já foram digitalizadas. A intenção é continuar esse trabalho de digitalização, tornando acessível esse tesouro literário aos cidadãos — disse Helena.

Para celebrar os 190 anos da biblioteca, um catálogo de obras raras que contam a história da Casa encontra-se em fase de produção. O lançamento está previsto para dezembro.

Os usuários podem consultar o acervo de três milhões de recortes dos principais jornais do país sobre os mais variados assuntos, coletados desde 1974. Desse total, 265,8 mil já haviam sido digitalizados até abril deste ano.

— Agora estamos com o projeto de digitalizar, por meio de um contrato, mais recortes de jornais. A nossa ênfase está sendo separar todas as notícias que envolvam os senadores e o Senado — salientou.

Conservação

Para garantir a conservação dos documentos em meio físico, alguns cuidados são essenciais, segundo Helena Celeste. Entre eles, o armazenamento em estantes deslizantes e climatizadas. Além disso, as obras são higienizadas diariamente por funcionários contratados por meio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF). O objetivo da higienização é prevenir uma futura restauração.

Segundo Helena Celeste, a aquisição de novas obras

Serviço

SITE
www.senado.leg.br/biblioteca
E-MAIL
biblioteca@senado.leg.br
TELEFONES
(61) 3303-1267 / 3303-1268
FIQUE COM DÚVIDAS?
Acesse a seção Perguntas Frequentes no site

precisa ter um conteúdo significativo para o trabalho exercido no Senado. Entre os assuntos mais procurados pelo público, afirma, estão as áreas de ciências sociais e direito.

— Nossa política de desenvolvimento de coleções é baseada nos núcleos de consultoria e nas comissões do Senado, que são as áreas de interesse do Legislativo — afirmou, ressaltando que o empréstimo das obras é facultado apenas aos senadores, servidores da Casa, estagiários com a autorização prévia dos supervisores e bibliotecas cadastradas.

A coordenadora salientou que a biblioteca recebe doações. Quem tiver interesse em doar uma obra deve entrar em contato pelo número 61 3303-1267 ou enviar e-mail para biblioteca@senado.leg.br.

— As doações passam por uma análise. Caso não possam entrar no acervo, colocamos em uma lista de doações para outras instituições e bibliotecas municipais carentes. Mas o cidadão precisa nos informar que autoriza uma eventual doação, caso a obra não possa ficar no acervo — ressaltou.

Sessão especial homenageia Nossa Senhora de Fátima hoje

O Senado fará sessão especial hoje às 10h, para homenagear os missionários da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que realizaram o 23ª Festa do Encontro da Mãe com o Filho, no Santuário Menino Jesus de Praga, em Brazlândia, no Entorno do Distrito Federal.

Foram convidados o embaixador de Portugal, Francisco Ribeiro Telles; o padre André Pereira Lima, representante do arcebispo metropolitano de Brasília, dom Sergio da Rocha; o fundador da Obra

Missionária Nossa Senhora de Fátima “A Peregrina”, Valdemar Reis, e membros da obra missionária. O autor do pedido, Hélio José (PMDB-DF), explica que a imagem de Nossa Senhora de Fátima, vinda diretamente de Portugal, está em peregrinação pelo Brasil desde abril.

— A homenagem denotará a importância de Maria na vida, na fé e na cultura do nosso povo, bem como, os valores da mãe e do filho como encarnação da primazia dos valores da família.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Técnicos em radiologia
9h A comissão faz audiência sobre dificuldades dos técnicos em radiologia.
SESSÃO ESPECIAL Nossa Senhora
10h Sessão especial de homenagem aos missionários da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima.
PLENÁRIO Pronunciamentos
14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CDH Previdência Social
8h30 A comissão realiza audiência sobre a Previdência. Às 11h, lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Às 14h, mesa de convidados.
CCT Internet mais rápida em 3 regiões
8h45 A comissão analisa o PLS 427/2014, que destina verbas para melhorar a internet no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, e mais 48 itens.
CMA Rochas ornamentais
9h30 Na pauta de 14 itens, o PLS 773/2015, que inclui a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento.

QUARTA

CAE Indicação para o Banco Central
10h A comissão aprecia a indicação de Ilan Goldfajn para presidente do Banco Central. Depois, pauta de 14 itens.
PROCURADORIA DA MULHER Gravidez
10h A procuradoria debate gravidez na adolescência.
CE Ensino público
11h45 A comissão analisa o PLS 5/2014, sobre a gestão do ensino público, e mais 12 itens.
MP 713/2016 Recursos ao exterior
14h30 Análise de relatório da MP que reduz a 6% o Imposto de Renda sobre a remessa de recursos ao exterior.

QUINTA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Análise
14h30 A comissão aprecia requerimentos.
CCAI Segurança institucional
15h A comissão realiza audiência secreta com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sergio Etchegoyen.
CAS Ambiente de trabalho
9h A comissão realiza audiência interativa para debater o PLS 220/2014, que define critérios de qualidade para o meio ambiente de trabalho.
CDR Estrada no Araguaia
9h A comissão faz audiência sobre a estrada ecológica do Araguaia, que liga a BR-242, entre Mato Grosso e Tocantins.
OBRAS INACABADAS Novo relator
9h A subcomissão indica novo relator e analisa requerimentos.
CCI Homicídio de idosos
10h A comissão analisa o PLS 373/2015, que torna o homicídio de idosos crime hediondo, e mais 34 itens.
AGENDA BRASIL Jovem do campo
14h30 Na pauta de 5 itens, substitutivo ao PLS 104/2015, que institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.
MUDANÇAS CLIMÁTICAS Índice da ONU
14h30 A comissão promove audiência sobre a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil.
CRA Seguro rural
8h A comissão faz audiência interativa sobre a política de seguro rural no País.
CCI Fabiano Silveira
10h A comissão promove audiência interativa com o ministro da Transparência, Fiscalização e Controle.
IMPEACHMENT Plano de trabalho
10h A comissão analisa proposta de plano de trabalho apresentada pelo relator.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário tem até amanhã para votar MPs do combate à zika e da energia

Medidas provisórias perdem a validade caso não sejam analisadas pelo Senado, que pode também votar duas emendas à Constituição

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS que estão na pauta do Plenário do Senado precisam ser votadas até amanhã para que não percam a validade. As MPs tratam da autorização para que agentes que combatem o mosquito *Aedes aegypti* entrem em imóveis abandonados e da prorrogação de contratos com o setor elétrico.

Além das MPs, a pauta tem propostas que tratam de precatórios e da desvinculação das receitas de estados e municípios.

O PLV 9/2016, oriundo da MP 712/2016, trata de ações como o ingresso forçado de agentes de combate a endemias em imóveis abandonados para combate do mosquito transmissor dos vírus da dengue, febre chikungunha e zika. A medida prevê também a dedução no Imposto de Renda de doações a projetos aprovados pelo Ministério da Saúde e auxílio financeiro a famílias que tenham crianças com microcefalia.

O benefício será concedido se for constatada miserabilidade da família e depois do período da licença-maternidade, que passa a ser de 180 dias para as mães dessas crianças. Isso valerá para todas as seguradas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): especial, contribuinte individual, facultativa e trabalhadora avulsa.

A outra MP que precisa ser votada até amanhã é a que prorroga contratos do setor



Prefeitura do Rio de Janeiro realiza entrada compulsória em imóvel: texto sobre o combate ao mosquito vence amanhã

elétrico, ao aumentar de 30 para 210 dias o prazo para distribuidoras de energia assinarem aditivo com o Ministério de Minas e Energia (MP 706/2015, transformada no PLV 11/2016).

O prazo começou a contar em novembro de 2015 e beneficiará sete distribuidoras: Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA); Companhia Energética de Alagoas (Ceal); Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron); Companhia Energética do Piauí (Cepisa); Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre); e Boa Vista Energia S.A.

A pauta travada pelas MPs não impede que os senadores votem propostas de emenda à Constituição, mas, como as

medidas precisam ser votadas até terça-feira, outros itens na pauta só devem ser votados depois.

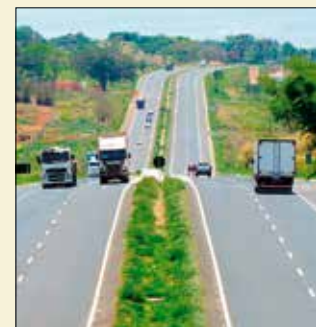
Um deles é a PEC 159/2015, batizada de PEC dos Precatórios. A proposta permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas. Os precatórios são dívidas que o governo tem com o cidadão que ganhou um processo judicial.

O texto, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), possibilita o financiamento da parcela que ultrapassar a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida dos estados, Distrito Federal e municípios nos cinco anos imediatamente anteriores. Além disso, autoriza o pagamento parcelado, em até seis

vezes, de precatório com valor superior a 15% do montante dos precatórios apresentados. O relator é o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Também pode ser votada a proposta de emenda à Constituição que permite aos estados, Distrito Federal e municípios aplicar em outras despesas parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, educação, tecnologia e pesquisa.

De acordo com a PEC 143/2015, apresentada pelo senador Dalirio Beber (PSDB-SC), ficam desvinculadas 25% da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. O relator foi o senador Romero Jucá (PMDB-RR).



BR-050, em Minas: proposta tratou de rodovias do PAC

Na pauta, medida que reincorpora rodovias

Na presidência da sessão de sexta-feira, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou a inclusão na ordem do dia de terça-feira do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/2016, que reincorpora trechos da malha rodoviária federal transferidos aos estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória (MP) 82/2002.

O PLV, aprovado pela Câmara dos Deputados, resulta da MP 708/2015. Esses trechos foram beneficiados com empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O texto aprovado pela Câmara autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a aplicar recursos na contratação de serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, sinalização e supervisão em tais rodovias.

Sancionada nova meta fiscal com deficit de R\$ 170 bi

O presidente interino Michel Temer sancionou sem vetos a nova meta fiscal para 2016, prevendo deficit de R\$ 170,5 bilhões. A Lei 13.291/2016 foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. Com a nova meta, o Brasil deverá completar três anos consecutivos sem conseguir fazer economia para pagar os juros da dívida.

A alteração, originada no PLN 1/2016, incide sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) deste ano, que previa, inicialmente, um superavit de R\$ 24 bilhões. A alteração da meta já havia sido proposta em março, na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff. A previsão de superavit foi transformada em déficit de R\$ 96,7 bilhões.

A equipe econômica de Temer, porém, apresentou um novo cálculo, excluindo a previsão de arrecadações consideradas incertas — como a recriação da CPMF, ainda em

discussão, e a repatriação de recursos que estão no exterior, ainda não efetivada.

Segundo o Ministério do Planejamento, a revisão também obedece “recentes entendimentos provenientes dos órgãos de controle”, uma referência à necessidade de correção das chamadas pedaladas fiscais, que constituem atrasos de repasses de recursos do Tesouro Nacional aos bancos públicos. Esse tipo de operação passou a ser recusada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2015. A prática embasou denúncia que resultou na abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

O projeto de revisão da meta fiscal não foi votado pela Comissão Mista de Orçamento e seguiu direto para o Plenário do Congresso. A sessão que aprovou o texto durou 17 horas e encerrou-se na madrugada da quarta-feira.

Gleisi critica primeiras medidas do governo Temer

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou as primeiras medidas anunciadas pelo presidente interino Michel Temer. Para ela, suspender as contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida é um grave erro, pois essa política pública movimenta a economia e gera empregos.

Gleisi avalia que o viés do governo interino indica uma opção para que os pobres paguem a conta da crise. Ela criticou a devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES à União e a limitação das despesas orçamentárias à variação inflacionária.

— Saúde, educação e assistência social são prioridades e devem ter um percentual mínimo. Essas áreas, as mais importantes para os pobres, serão as grandes prejudicadas.

José Medeiros elogia nova equipe econômica

José Medeiros (PSDMT) elogiou a equipe econômica recém-formada pelo presidente interino Michel Temer.

O senador afirmou que os novos comandantes da economia têm condições de implementar políticas públicas factíveis em um Estado mais enxuto, capaz de retornar aos contribuintes serviços de qualidade.

— O Brasil precisa ir para a frente, nem para a direita, nem para a esquerda. O governo está trabalhando para o país ter um novo horizonte, uma nova saída. Torço pela equipe econômica porque isso é ajudar o Brasil.



Renan recebeu na semana passada, de Temer, a proposta de mudança na meta



Gerardo Magela/Agência Senado



Gleisi Hoffmann preside sessão do Senado na qual anunciou que a nota de repúdio ao estupro coletivo de uma adolescente, ocorrido no Rio de Janeiro, será lida amanhã nos Plenários das duas Casas

Bancada feminina faz nota de repúdio a estupro coletivo

O caso da jovem de 16 anos estuprada no Rio de Janeiro será acompanhado por parlamentares que atuam em defesa da mulher. Um grupo visitará vítima essa semana e cobrará punição dos agressores

AS INSTÂNCIAS DO Congresso Nacional em defesa da mulher divulgaram nota de repúdio ao estupro coletivo de uma jovem de 16 anos ocorrido no dia 21, no Rio de Janeiro. A nota será lida nos Plenários do Senado e da Câmara amanhã.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) informou, ao abrir a sessão do Plenário na sexta-feira, que um grupo de parlamentares visitará a vítima e seus familiares ainda nessa semana, além de cobrar das autoridades de segurança do estado investigação e punição dos responsáveis.

A jovem foi dopada e violentada em uma comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro por mais de 30 homens. As imagens dela sem roupa e desacordada circularam pela internet. A avó da vítima declarou à imprensa ter assistido ao vídeo, que é “chocante”.

A adolescente foi localizada por um agente comunitário e levada para casa.

Machismo

A senadora afirmou que a cultura machista e da violência que ainda permeia as relações da sociedade precisa ser enfrentada com uma discussão aprofundada.

— Isso tem muito a ver com a visão de que mulher é extensão da propriedade privada do homem ou do marido. Vamos precisar do auxílio dos homens para combatermos situações como essas. Se não tivermos reação firme, vão continuar acontecendo, inclusive com estímulo a divulgação — lamentou Gleisi.

Segundo a senadora, o Brasil já avançou muito e conseguiu tirar do ordenamento jurídico normas legais que subjuguavam

as mulheres, mas a cultura do estupro ainda permeia a sociedade.

— Isso é muito grave, não dá para o Senado fechar os olhos — ressaltou.

Gleisi também lembrou de outros casos de estupro coletivo no Brasil, como o ocorrido dia 20 em Bom Jesus, no Piauí, onde cinco homens violentaram uma jovem de 17 anos, e o que aconteceu em Castelo do Piauí, no mesmo estado, há cerca de um ano.

José Medeiros (PSD-MT) considerou absurdo que esse tipo de ato ainda aconteça. O senador disse que é preciso condenar com veemência essa violência, sobretudo diante da divulgação do estupro nas redes sociais.

— Isso é o cúmulo da falência do entendimento e da convicção social — condenou.

Revista *Em Discussão!* aborda violência contra a mulher

Em seu número 27, a revista *Em Discussão!*, publicada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, traz reportagem especial sobre a Política Nacional



de Combate à Violência contra a Mulher. Os programas e as ações visando levar mais segurança e respeito ao dia a dia da mulher têm evoluído, mas ainda apresentam fragilidades no campo da informação e da coordenação que precisam ser superadas, conforme relatório de avaliação aprovado no final do ano passado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A reportagem mostra que ainda é grave o quadro de ofensas físicas e morais à mulher. O Brasil é o quinto país na violência de gênero, com 105 mil assassinatos de mulheres entre 1980 e 2013. A taxa de homicídios é de 4,8 por 100 mil mulheres, enquanto no Reino Unido não

passa de 0,1 por 100 mil. A questão da leniência da sociedade brasileira com o estupro é tratada em várias matérias. Numa delas, a revista resgata o debate realizado pela CDH e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre estudo do Ipea que apontou elevado índice de aprovação (65%, na primeira apuração) a esse tipo de violência se as mulheres usarem trajes que mostrem o corpo.

Veja o site da revista *Em Discussão!*: www.senado.leg.br/emdiscussao

Comissão planeja audiência sobre políticas femininas

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher reúne-se amanhã para votar três requerimentos de audiências públicas. Duas delas, por sugestão da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), devem tratar de políticas e legislações, adotadas no Brasil e em outros países, para promover o empoderamento da mulher.

No primeiro debate, a proposta é discutir o empoderamento econômico e os impactos na diminuição dos índices de violência de gênero. O segundo deve avaliar a contribuição para esse empoderamento nas redes de atendimento de caráter multidisciplinar (saúde, justiça, educação, segurança pública, assistência social e cultura).

A terceira audiência a ser realizada pela comissão, proposta pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), vai debater a violência contra travestis e

mulheres transgênero.

Também está na pauta um pedido de informações à Secretaria Nacional de Segurança Pública, aos órgãos estaduais de segurança pública e ao Sistema de Informações de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, sobre dados estatísticos referentes a homicídios de mulheres. A

intenção de Luizianne, autora do pedido de informações, é discutir a efetividade da Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015).

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher se reúne a partir das 14h30, no Plenário 15 da Ala Alexandre Costa. O colegiado é presidido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e tem a deputada Luizianne como relatora.



Comissão presidida por Simone Tebet quer discutir empoderamento da mulher

CPI pede investigação sobre 8 mil correntistas

Comissão que analisou irregularidades nas contas de brasileiros na filial suíça do HSBC encerrou os trabalhos pedindo velocidade na apuração feita pelos órgãos de fiscalização

A CPI DO HSBC aprovou na quarta-feira o relatório final do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que solicita a órgãos oficiais de fiscalização e controle, como a Polícia Federal, a Procuradoria-Geral da República, a Receita Federal e o Banco Central, que acelerem as investigações em curso sobre cerca de 8 mil brasileiros com depósitos na filial suíça do banco. A suspeita é o envolvimento de muitos desses correntistas em evasão de divisas e outros crimes.

O relatório encaminha toda a documentação obtida no curso das investigações para esses órgãos como subsídios para processos e inquéritos já abertos. Ferraço apontou no relatório o que percebeu como “um aparente desinteresse ou omissão do Estado brasileiro” quando o caso se tornou público. Para ele, a “inércia” teria impedido a repatriação de bilhões de dólares, algo conseguido por países como França, Espanha, Bélgica, Inglaterra e Argentina.

O senador avaliou que a CPI cumpriu os objetivos ao alertar a sociedade quanto à importância do aprofundamento das investigações do caso, e por ter compelido outros órgãos



Observado pelo senador Paulo Rocha, o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, defendeu a continuidade da comissão

de fiscalização e controle a fazerem o mesmo.

— Não reconhecer o produto do trabalho que desenvolvemos durante esse período, sinceramente, a meu ver não seria justo — disse.

Ferraço argumentou que os órgãos de fiscalização e controle, com inquéritos já abertos, têm mais condições de aprofundar as investigações. Pela dificuldade enfrentada pela CPI, continuou o senador, continuar os trabalhos do colegiado acabaria se tornando

“um desperdício de dinheiro público”.

Regina Sousa (PT-PI) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) consideraram que sob esse argumento todas as CPIs no Congresso se tornariam “inúteis” caso outro órgão também decidisse investigar um fato determinado.

— Tudo referente a esse caso é compartilhado on-line pelos investigadores nos processos abertos. Sem falar que a PGR, a Receita Federal e o Banco Central já dispõem de acordos

de colaboração efetivados diretamente com a Suíça — afirmou Ferraço.

Vice-presidente da CPI, Randolfe apresentou voto em separado em que pedia a realização de oitivas com pessoas que tiveram sigilos bancários quebrados, mas tiveram os depoimentos posteriormente suspensos.

O senador queria mais investigações sobre os controladores do HSBC no Brasil e sobre a aquisição da subsidiária brasileira do banco pelo

Bradesco, processo em fase de finalização. Mas o voto em separado foi derrotado pelo relatório de Ferraço.

— Essa CPI foi alvo de lobistas que impediram que a investigação andasse. Só no Congresso brasileiro lobistas têm a liberdade de até intimidar senadores e atingirem seus objetivos — afirmou Randolfe.

Para ele e Regina Sousa, a CPI “na prática acabou” em julho do ano passado, quando a comissão decidiu suspender a quebra de sigilos sobre a movimentação financeira de investigados. Randolfe lamentou o fato de a CPI terminar sem “uma análise profunda” do disco rígido que obtiveram das autoridades francesas, com dados de brasileiros com contas no HSBC de Genebra.

Ferraço rebateu Randolfe, lembrando que a Polícia Federal alertou que não poderia atestar a veracidade de todos os dados do disco. O senador disse que o final da CPI não significa o fim das investigações.

— Se conseguir ou descobrir fato novo, serei o primeiro a apoiá-lo na reabertura desse processo.

Técnicos em radiologia são tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará hoje, às 9h, audiência pública para tratar das dificuldades enfrentadas pelos técnicos em radiologia no exercício da profissão. O debate será interativo, permitindo a participação dos cidadãos com perguntas e comentários (veja quadro). A iniciativa é do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para a audiência o secretário-geral da Federação Nacional de Técnicos e Tecnólogos em Radiologia, Ubiratan Gonçalves Ferreira; a presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Valdelice Teodoro; o presidente da Sociedade Brasileira de Ciências Radiológicas, Jenner de Moraes; e Adriano Alberto Xavier Levay e João Batista Benitz Silveira Junior, presidentes dos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Texto visa divulgação de cadastro de desaparecidos

O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos pode se tornar mais conhecido no país. Projeto que obriga o Poder Executivo federal a realizar campanhas para divulgar o cadastro e promover a busca dessas crianças e adolescentes está na pauta de amanhã da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Iniciativa de Cristovam Buarque (PPS-DF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 44/2016 altera a Lei 12.127/2009, que criou o cadastro.

O senador propôs que o governo federal veiculasse diariamente, nos intervalos da programação das emissoras de televisão, entre 18h e 22h, informações do cadastro, incluindo fotografias das pessoas desaparecidas.

O relator, José Medeiros (PSD-MT), apoiou o projeto, mas fez uma emenda que dá liberdade ao governo para decidir sobre a melhor forma de divulgar o cadastro.

O senador afirmou que, dessa forma, o governo pode utilizar outros canais como a internet e as mídias sociais.

Se for aprovado na CCT, o projeto seguirá para exame da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa (CDH). A análise do colegiado será terminativa, ou seja, sem que o projeto precise passar por votação em Plenário.

Internet

A CCT também deverá analisar o PLS 427/2014, que estabelece o acesso à rede mundial de computadores entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O projeto prevê a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De autoria do ex-senador Anibal Diniz, o projeto recebeu voto favorável na forma de um texto substitutivo de Lasier Martins (PDT-RS). A alteração do senador foi para que todas as regiões possam ser contempladas com razões mínimas de aplicação dos recursos.

Se for aprovada na CCT, a proposta seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá análise terminativa.

Além desses dois projetos, a CCT tem 47 itens na pauta, sendo a maioria projetos de decreto legislativo para autorizar ou permitir serviços de radiodifusão. A reunião começa às 8h45.



Cristovam quer obrigar o governo federal a fazer campanhas sobre o cadastro

Senado e Câmara promovem Mês do Meio Ambiente

O Congresso promove em junho uma série de ações para marcar o Mês do Meio Ambiente. A exposição fotográfica *Bonita por Natureza* pode ser vista no Espaço do Servidor da Câmara até quinta-feira. Já a exposição *Memórias do Lixo Vivo*, da artista plástica e bióloga Daniela Nunes, estará em cartaz no Espaço Ivandro Cunha Lima, do Senado, de hoje a 10 de junho.

Amanhã ocorrerá a palestra “Biodiversidade e Sustentabilidade: potencial da agroecologia, do extrativismo e do turismo sustentável”, no plenário 3 da Câmara. E de 1º de junho a 1º de julho será realizada uma campanha de recolhimento de resíduos eletroeletrônicos.

Dia 9 de junho será a vez da mesa-redonda “Saneamento Básico e Meio Ambiente”, no plenário 15 da Ala Alexandre Costa do Senado. Durante o mês, haverá também cursos e oficinas para servidores.

Ricardo Ferraço apresentou no relatório final da Comissão de Barragens propostas que incluem reestruturação e fortalecimento do Departamento Nacional de Produção Mineral

Relator quer agência para regular mineração

TRANSFORMAR O DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora e garantir recursos humanos e financeiros para a estruturação do órgão são duas das recomendações previstas no relatório final da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens, apresentado na quarta-feira.

Os parlamentares terão mais alguns dias para analisar o texto de 146 páginas do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), depois que o presidente da comissão, Antonio Anastasia (PSDB-MG), concedeu vista coletiva. A data de votação do documento ainda vai ser definida.

“No decorrer dos trabalhos, foi possível verificar a precariedade do DNPM. A autarquia vem há anos sofrendo com quadros desfalcados e insuficientemente capacitados. Tal situação enfraquece a fiscalização e potencializa os riscos de acidentes com barragens de rejeitos de mineração, principalmente neste período de queda das cotações das commodities minerais, quando as mineradoras, com problemas de receita, podem ser tentadas a reduzir seus gastos em segurança”, analisa Ferraço no relatório.

O contingenciamento de verbas também preocupa o relator. Ele lembra que o Ministério da Integração Nacional, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 2015, tinham autorização orçamentária para aplicar R\$ 76 milhões em recuperação de barragens, mas apenas R\$ 10 milhões foram efetivamente gastos.

“Ressalte-se que o Dnocs tem 183 barragens de usos múltiplos cadastradas nos órgãos fiscalizadores, e a Codevasf tem 73”, salienta no texto.



Relatório de Ferraço foi apresentado na comissão temporária presidida por Antonio Anastasia, que concedeu vista coletiva para análise do texto

O relatório contém sugestões de mudanças no marco legal da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010). Ele alega tratar-se de norma moderna, porém carente de ajustes para “maior efetividade”.

Medidas

Entre as mudanças, foi sugerido impor ao empreendedor por danos decorrentes de falhas da barragem a responsabilidade civil objetiva, isto é, independentemente de culpa.

Além disso, delimita o valor máximo e mínimo da multa, descreve atenuantes e agravantes de sanções administrativas, define como crime condutas irresponsáveis de empreendedores que exponham a população e o meio ambiente a risco de desastres e especifica quais os agentes responsáveis pelos crimes cometidos contra a segurança de barragens.

Recomendações gerais previstas no relatório

- Transformar o DNPM em agência reguladora do setor mineral.
- Aos municípios: realizar treinamentos sobre segurança de barragens com a população de áreas potencialmente afetadas por elas.
- Ao governo federal: garantir recursos humanos, materiais e financeiros para que os órgãos fiscalizadores possam exercer com efetividade suas atribuições.
- Aos estados: garantir aos órgãos fiscalizadores estaduais, assim como aos empreendedores estaduais, o comando e as condições para que se estrutrem de modo a cumprir suas atribuições no Plano Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).
- Alterar a Lei 12.334/2010 para delimitar valores máximo e mínimo das multas e disciplinar sanções aplicáveis aos infratores.
- Alterar a Lei 12.334/2010 para impor a responsabilidade civil objetiva, isto é, independentemente de culpa do empreendedor por danos decorrentes de falhas da barragem.
- Alterar a Lei 12.334/2010 para definir como crime condutas irresponsáveis de empreendedores que exponham a população e o meio ambiente a risco de desastre.
- Alterar a Lei 12.334/2010 para impor, nas barragens com mais de um usuário outorgado, que todos os outorgados contribuam para o custeio da segurança da barragem.
- Alterar a Lei 12.334/2010 para exigir, nas barragens com alto potencial de dano, a validação do projeto da barragem e do plano de segurança da barragem por profissional independente de notória especialização em segurança.
- Alterar a Lei 12.334/2010 para obrigar o empreendedor a manter atualizado e operacional o plano de segurança da barragem até a completa desativação da barragem.
- Alterar a Lei 12.334/2010 para especificar quais os agentes podem ser responsáveis pelos crimes cometidos contra a segurança de barragens.

Projeto assegura recursos para obras em bacias hidrográficas

A avaliação de políticas públicas sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada ao longo do ano passado, resultou em projeto de lei que assegura que o dinheiro da cobrança pelo uso de recursos hídricos seja destinado a obras para melhorar quantidade e qualidade da água dos rios. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 770/2015, apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), está pronto para ser votado pelo Plenário e de lá seguir para a Câmara.

O projeto altera a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997), acrescentando ao texto inciso que prevê a aplicação de percentual mínimo de 50% dos recursos arrecadados em obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

Segundo Otto Alencar (PSD-BA), presidente da CMA, a legislação define que os valores arrecadados devem ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e no financiamento de estudos, progra-

mas, projetos e obras. A lei determina que só é permitido usar até 7,5% do total arrecadado em pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Não há, entretanto, definição de percentual máximo a ser aplicado em estudos e no planejamento de programas ou de percentual mínimo a ser destinado a obras concretas. O objetivo do projeto, explica Otto, é assegurar que ao menos 50% da verba

seja destinada a obras como construção, reforma, recuperação, instalação, montagem, operação, manutenção, transporte ou locação de bens para preservação das bacias.

Otto diz que o gasto com planejamento não pode ser elevado em relação à obra. Ele exemplificou com o que ocorreu na Bacia do São Francisco entre 2013 e 2015, em que, do total de R\$ 92 milhões, mais de R\$ 50 milhões foram gastos em estudos, atividades de apoio e de fortalecimento institucional, ficando o resto para as obras.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Indicado ao BC, Goldfajn pode ser ouvido na quarta

Governo Temer quer rapidez do Senado na análise do economista para o cargo de presidente do Banco Central, mas o nome pode encontrar resistências devido à ligação com o setor financeiro privado

DEPENDENTE DE NEGOCIAÇÃO a aprovação pelo Senado do economista Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central (BC) antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para os dias 7 e 8 de junho. O relatório sobre a indicação será lido amanhã pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pela norma da comissão, deverá ser concedida vista coletiva do parecer, transferindo-se a sabatina e a deliberação para 7 de junho, o primeiro dia da reunião do Copom.

A presidente da CAE, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), admite a possibilidade de fazer a sabatina na quarta-feira, em reunião extraordinária, se houver acordo.

Em seguida, a mensagem do presidente da República interino, Michel Temer, com a indicação do novo presidente do BC seria votada pelo Plenário, o que daria a Goldfajn

a possibilidade de participar da reunião do Copom nos dias 7 e 8.

A indicação pode, entretanto, encontrar resistências.

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), por exemplo, é cético em relação à escolha do atual economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco.

— A gente corre o risco de ter mais do mesmo. Não é possível que alguém ache que a solução [para a política econômica] é repetir uma fórmula que tem sacrificado muito os brasileiros. O Brasil paga perto de R\$ 500 bilhões por ano de juros e ninguém traz uma proposta nova. É sempre trocando um banqueiro por outro banqueiro. Banqueiros que, com todo o respeito, não conhecem o cotidiano dos brasileiros. Não conhecem sequer o nosso país na sua profundidade, do Nordeste, do Norte — avalia Viana.

Para o senador, os banqueiros se preocupam em

perseguir números, enquanto as pessoas podem acabar esquecidas.

— Isso é muito ruim porque essa crise tem face, tem rosto, tem rugas. Ela acontece mesmo é nos municípios, na vida das famílias. Essa fórmula é do século passado. Não funciona e pode agravar muito a crise.

Currículo

Esta deverá ser a segunda sabatina de Goldfajn na CAE, que aprovou o nome do economista para o cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central entre 2000 e 2003.

Nascido em Israel, Goldfajn tem doutorado em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (EUA). Lecionou economia na Universidade Brandeis, em Massachusetts, e na PUC do Rio de Janeiro.

Trabalhou no Fundo Monetário Internacional, onde realizou estudos sobre políticas econômicas dos países em desenvolvimento.



Antonio Cruz/ABr

Eventual ameaça a direitos dos trabalhadores será discutida no Senado

Comissão vai lançar frente e discutir Previdência amanhã

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai dedicar o dia de amanhã à discussão sobre a Previdência Social. A programação será aberta às 8h30 e terá entrevista coletiva, debates e lançamento de uma frente parlamentar mista sobre o tema (*veja quadro*).

Entre os assuntos a serem avaliados pelo colegiado, estão aposentadoria especial, pensão, redução de direitos, diferença de gênero, previdência rural, convergência de regimes, estrutura do seguro social brasileiro e situação tributária da Previdência.

A iniciativa partiu do senador Paulo Paim (PT-RS), que tem mostrado preocupação com o futuro do sistema, principalmente com o início do governo interino de Michel Temer.

O senador, que preside a comissão, criticou em várias oportunidades o fato de o Ministério da Previdência ter sido incorporado pelo Ministério da Fazenda.

Segundo o parlamentar, essa mudança na estrutura do ministério evidencia a intenção do governo interino de atender os interesses do mercado em detrimento dos trabalhadores.

Além disso, Paim vem sustentando que o sistema é superavitário e sempre lembra que, em geral, quando se fala em reforma previdenciária fala-se em retirada de direitos trabalhistas.

A audiência pública de amanhã será interativa, com a possibilidade de participação popular.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Programação	
8h30	Coletiva de imprensa
9h	Audiência pública
11h	Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social em parceria com associações, centrais sindicais e com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)
13h	Intervalo para almoço
14h	Mesa de debates



"Essa fórmula tem sacrificado os brasileiros", diz Viana sobre a indicação de um banqueiro para chefiar o Banco Central

Medida resgata Ministério da Cultura e cria novas secretarias

O resgate do Ministério da Cultura e a criação das Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estão em nova medida provisória (MP) editada na semana passada pelo governo interino de Michel Temer.

Até sexta-feira, a MP 728/2016 recebeu dez emendas e agora aguarda a designação dos membros da comissão mista (senadores e deputados) que vai analisá-la.

A medida revogou dispositivos da MP 726/2016 e recuperou parte da estrutura e das atribuições traçadas

para os ministérios pela Lei 10.683/2003.

Foi recriado o Ministério da Cultura, que havia sido fundido com o Ministério da Educação. No entanto, o rol de competências sofreu ligeira alteração com a edição da MP 728/2016. A regulação de direitos autorais foi inserida entre as atribuições. Por outro lado, as ações voltadas para as comunidades remanescentes dos quilombos foram reformuladas.

Antes, o Ministério da Cultura cuidava não só da delimitação, mas da demarcação das áreas quilombolas. A partir de agora, vai contar com o apoio

do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nesse processo.

Quanto à pasta da Educação, reassumiu as competências traçadas pela Lei 10.683/2003. Entre elas, estão a política nacional de educação, a educação infantil, a pesquisa e extensão universitária e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de filhos ou dependentes.

A MP 728/2016 cuidou ainda da criação da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao

Ministério da Justiça e Cidadania, e da Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligado ao Ministério da Cultura.

"A relevância e a urgência é justificada não só pela importância da cultura e dos direitos das pessoas com deficiência para a sociedade brasileira, como também para que seja dada rápida resposta aos seus anseios, de modo que a manutenção da estatura ministerial da pasta da Cultura e criação da Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência é medida que busca com brevidade restabelecer os mecanismos que atuam

em prol de tão importante setor da economia nacional e valorização das pessoas com deficiência", afirma o Executivo na exposição de motivos à medida provisória.

A medida extinguiu oito cargos em comissão do grupo de assessoramento superior (DAS). A decisão visa evitar a geração de mais despesas com a criação dos cargos de ministro e secretário-executivo do Ministério da Cultura e de secretários especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme assinalou a exposição de motivos do governo.

Plano de trabalho apresentado pelo relator prevê conclusão em 90 dias, metade do prazo máximo de afastamento. Cronograma será votado na quinta-feira na comissão

Impeachment pode ser votado até 2 de agosto

RELATOR DA COMISSÃO Especial do Impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou na quarta-feira proposta de cronograma de trabalho para a segunda fase da análise do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, mas a votação do calendário foi transferida para o dia 2. O presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), concedeu o prazo para que os senadores tenham a oportunidade de analisar a proposta e sugerir mudanças nas datas sugeridas pelo relator.

Conforme o cronograma apresentado por Anastasia, seria no dia 27 de julho a votação, na comissão, do relatório a ser apresentado por ele indicando se há ou não comprovação da prática de crime de responsabilidade pela presidente afastada. O relator propõe que o Plenário do Senado vote o parecer da pronúncia até 2 de agosto.

Pedido de adiamento

O prazo, que representa metade do período máximo de 180 dias de afastamento de Dilma Rousseff, foi considerado muito curto pelos senadores pelo PT Lindbergh Farias (RJ), Gleisi Hoffmann (PR), José Pimentel (CE), Fátima Bezerra (RN) e Humberto Costa (PE) e pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Eles pediram o adiamento da votação da proposta de cronograma, visando à negociação das datas, e foram atendidos por Raimundo Lira.

Já Ronaldo Caiado (DEM-GO), Simone Tebet (PMDB-MS), Ana Amélia (PP-RS), Alvaro Dias (PV-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Waldemir Moka (PMDB-MS) defenderam a votação imediata do cronograma, alegando que os prazos previstos por Anastasia poderiam ser alongados, se necessário.

Nesta segunda fase de trabalhos, a Comissão Especial do Impeachment vai ouvir testemunhas, fazer diligências e solicitar documentos para produção de provas que permitam a conclusão se a presidente cometeu

ou não crime de responsabilidade.

— Agora entramos na fase processual propriamente dita, onde se estabelece na plenitude a chamada relação triangular, entre o julgador, a acusação e a defesa — explicou o relator.

Dilma Rousseff tem até quarta-feira para apresentar a defesa e solicitar a convocação de testemunhas e de provas. Anastasia sugere para o dia seguinte a apresentação do parecer sobre essas solicitações da defesa e também sobre pedidos de prova apresentados pela acusação e pelos senadores.

Diligências

Também na quinta-feira, de acordo com Raimundo Lira, a comissão definirá o cronograma de trabalho, podendo acatar ou alterar as datas sugeridas pelo relator. De acordo com o calendário proposto por Anastasia, os depoimentos, o levantamento de documentos e as diligências ocorreriam entre os dias 6 e 17 de junho.

O senador propõe para o dia 20 de junho o interrogatório de Dilma Rousseff ou o depoimento do advogado dela, caso a presidente afastada queira se fazer representar na comissão. O cronograma sugerido prevê a concessão de 15 dias para alegações escritas da acusação e igual prazo para as alegações da defesa. O relatório seria lido na comissão no dia 25 de julho e votado dois dias depois.

Plenário

O relator propõe a leitura do parecer da comissão em Plenário no dia 27 de julho, seja ou não pela pronúncia, confirmando ou não a materialidade e o indício de autoria de crime de responsabilidade por Dilma Rousseff. A votação do texto está prevista para 2 de agosto.

Raimundo Lira pediu aos integrantes da comissão que apresentem demandas de ajustes nas datas propostas, para que o cronograma possa ser definido nesta semana.



Lindbergh Farias considerou o prazo curto e Raimundo Lira concedeu vista coletiva da proposta

Walter Pinheiro apresenta proposta que muda o processo para afastar presidente

Walter Pinheiro (sem partido-BA) protocolou na quarta-feira uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda o processo de impeachment. A PEC — apresentada com a assinatura de 29 senadores e que ainda será lida em Plenário — traz alterações no quorum para a instalação do processo no Senado e no prazo para a conclusão do processo que pode culminar no afastamento do presidente da República.

O texto estabelece, em casos de reeleição, a responsabilização por atos praticados em mandato anterior e determina que, durante o afastamento inicial, a Presidência da República será exercida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Pinheiro lembra que a proposta reformula a Lei do Impeachment, que é ainda da década de 50. O senador classifica a legislação atual como “falha”, no sentido de deixar o presidente vulnerável.

— Com tais propostas, consideramos que o sistema constitucional se revelará mais sóbrio, mais hígido, e mais consistente com o interesse do povo brasileiro.

Dois terços nas duas Casas

Pela proposta, todas as decisões relacionadas ao processo de impeachment serão tomadas com a exigência do mesmo quorum: dois terços de cada Casa. Hoje a abertura do processo no Senado ocorre com a aprovação de mais da metade dos senadores: no mínimo 42 votos. Com a alteração, o quorum sobe para 54 votos. Pela legislação atual, a decisão de autorizar o início do processo na Câmara dos Deputados e a decisão final no Senado já exigem esse quorum.

— É necessário, a fim de conferir equilíbrio entre as Casas em momentos de deliberação, e justiça ao acusado, que todas as deliberações estejam submetidas ao mesmo quorum, visto se tratar de solução drástica — argumenta Pinheiro.

A PEC estabelece que, no caso do afastamento inicial do presidente da República, quem deve assumir o cargo é o presidente do Supremo Tribunal Federal. De acordo com Pinheiro, a ideia é evitar que haja efeitos políticos desse afastamento, com a posse do vice-presidente, “que, investido no cargo, pode adotar comportamento orientado politicamente à concretização do afastamento do presidente eleito”.

Outra alteração introduzida pela PEC tem a ver com a responsabilidade do presidente em relação ao mandato anterior, no caso de reeleição. A proposta deixa claro que crimes inerentes às funções presidenciais praticados em um mandato podem ser objeto de responsabilização em mandato subsequente, ainda que não consecutivo. Para o senador, segundo a assessoria do gabinete, “não é plausível adotar a tese de que, encerrado o mandato, crimes nele praticados são integralmente apagados da história, como se nunca tivessem ocorrido”. A PEC sugere outra alteração: o prazo para a conclusão do processo no Senado será reduzido de 180 para 90 dias.

— É [um prazo] mais do que suficiente e evita, ainda, o prolongamento de uma situação de virtual acefalia do Poder Executivo.



Pinheiro sugere que presidente do STF assuma o cargo durante processo de impeachment

Proposta de plano de trabalho

O plano de trabalho apresentado por Antonio Anastasia para a segunda fase da análise do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff prevê conclusão em 90 dias. Veja a proposta que será votada pelos integrantes da comissão na próxima reunião.

DATA	EVENTO
Até 1º de junho	Recebimento da defesa prévia da presidente afastada, apresentação dos requerimentos para indicação de testemunhas e de provas pelos membros da comissão.
2 de junho	Parecer sobre provas e diligências – reunião da comissão pela manhã. Discussão e votação.
6 a 17 de junho	Depoimento das testemunhas, esclarecimentos do perito e juntada de documentos.
20 de junho	Interrogatório de Dilma Rousseff (ou advogado).
21 de junho a 5 de julho	Alegações escritas dos denunciadores.
6 de julho a 21 de julho	Alegações escritas da presidente afastada.
25 de julho	Leitura do relatório na comissão.
26 de julho	Discussão do relatório na comissão.
27 de julho	Votação do relatório na comissão.
28 de julho	Leitura do parecer em Plenário.
1º e 2 de agosto	Discussão e votação do parecer em Plenário.